

EDIÇÃO SEIS

Luís Felipe Vilhora Correia Neves

João Covolan

Comissão Editorial da Revista Epígrafe

O ofício de historiador em tempos de crise

O ainda inconcluso ano de 2018 vem marcado por debates acirrados em que o próprio ofício do historiador e sua função social de produtor e disseminador do conhecimento históricos são postos em xeque. A questão já foi colocada em editorial desta Revista,¹ mas faz-se necessário sublinhar outra vez – e quantas forem necessárias – as condições que se têm imposto aos historiadores e professores brasileiros, quão mais diante do tenebroso horizonte que se configura aos olhos da comunidade historiográfica e da sociedade, bem como sua posição nos debates que, de um modo ou outro, mobilizam o conhecimento histórico.

Persistem as dificuldades no campo da Pesquisa e da Educação. Afetada por um projeto que corta o seu suporte financeiro em prol de outros setores de intervenção do Estado, julgados prioridade por critérios utilitários, a estrutura que sustenta o meio acadêmico brasileiro sofre com o achatamento de seu orçamento e o desmonte de seus polos estratégicos, materializados nas universidades públicas. Tais condições, se não inviabilizam completamente as atividades de pesquisa e docência, a tornam pouquíssimo convidativa aos seus profissionais e impedem o seu avanço. Historiadores não vivem apenas de papéis manchados e poeira de arquivos.

O recente incêndio do Museu Nacional de Arqueologia e Antropologia, na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro, é trágico exemplar do descaso por parte das autoridades competentes com as instituições de pesquisa e divulgação do saber. Vinculado à Universidade Federal do Rio de

¹ MOHALLEM, Lucas; SOUZA, Jean G. de. Editorial. *Epígrafe*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 5-9, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/epigrafe/issue/view/10657>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Janeiro, o Museu universitário possui reconhecimento internacional e age não apenas na divulgação do saber através da atividade museológica, mas também na sua produção. Foram consumidos pelo fogo – entre fósseis, múmias e livros raros – milhões de itens (base das pesquisas desenvolvidas pela instituição), além do que se pode chamar, valendo-se do conceito de Pierre Nora, um *lugar de memória*:² o próprio museu, antigo Palácio de São Cristóvão. O incêndio é simbólico quanto à relação brasileira com o próprio passado.

A participação da Comissão Editorial desta Revista, coincidentemente à semana do referido incêndio, em uma reunião junto a membros dos periódicos discentes *Revista Cantareira* (Universidade Federal Fluminense) e *Revista Hydra* (Universidade Federal de São Paulo) dentro do XXIV Encontro Estadual da Associação Nacional de História (ANPUH-SP), realizado no campus da UNIFESP em Guarulhos, confirma a convicção no ataque às Ciências Humanas no Brasil. Especialmente nas áreas financiamento e avaliação – concernentes a órgãos públicos subordinados às três esferas do poder – dos periódicos discentes, essenciais à formação de pesquisadores, fazem-se sentir o desinteresse pela divulgação das investigações em Humanidades.

Ainda se avoluma tal ataque com o avanço de projetos antidemocráticos que visam cercear a livre produção de conhecimento e a docência. Ao movimento de revisionismo conservador e até negacionismo da História das últimas décadas somaram-se, por meio de bandeiras resvaladas no moralismo, projetos de pretensa “despartidarização” do ensino e pesquisa históricos. Frente a isso, uma chave para o conhecimento histórico – a liberdade de pensamento, debate e ensino – se vê gravemente ameaçada, e o próprio conhecimento, deslegitimado.

É em meio a essa efervescência que a Revista Epígrafe tem o prazer de publicar sua sexta edição – pela primeira vez em sua trajetória, numa conquista gratificante, lançando seu segundo volume dentro do período de um ano. Fazemo-lo assumindo, como de costume, a posição que cabe aos estudiosos da História: responsáveis por um quinhão essencial do conhecimento humano, comprometidos com a ética e com a metodologia de pesquisa e estudo e, apesar das oposições, engajados democraticamente no debate interno ao meio acadêmico e em sociedade, qual seja,

² NORA, Pierre (dir.). Présentation. In:_____. *Les Lieux de Mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. v.1, p.x.

cumprir sua função de evitar que se repitam os erros do passado e compreender, com base nos tempos de que viemos, os tempos a que vamos. Urge, assim, discutir brevemente a posição social do historiador e sua função em sociedade.

Embora hoje institucionalizado, possuidor de um local particular dentro das sociedades ocidentais, o ofício do historiador não foi sempre tal qual o concebemos hoje, tampouco ocupou-se das mesmas funções ou valeu-se dos mesmos métodos. Não cabe abrir retrospectiva sobre a relação dos seres humanos com o seu passado ao longo do tempo – embora seja esse um dos temas do dossiê deste volume –; ater-se-á, aqui, à moderna acepção do ofício, em processo de cristalização desde meados do século XIX.³

Foi naqueles meados que a inspiração cientificista prevaleceu como modo de lidar com o passado. Embora já não se use a noção de *fato histórico* vigente nas obras de historiadores como Langlois e Seignobos, herdamos dos mesmos, e de tantos outros, um patamar comum, construído aos poucos, no qual os investigadores do passado podem dialogar e compreenderem-se entre si; um valor comum que vigorou na constituição da comunidade historiográfica e que segue vivo. Tal patamar é a metodologia histórica. Independe do objeto estudado o fato de que um historiador adota, diante de um problema, uma metodologia para o estudo do passado a partir dos vestígios a nós legados propositalmente ou não, os quais permitiram a sobrevivência ao tempo de outras vivências humanas que não as contemporâneas ao pesquisador.

A metodologia, calcada no compromisso com a postura crítica diante de um vestígio ou documento, é, portanto, um dos elementos que dissociam a pesquisa histórica de outra forma de discurso. Existe entre os historiadores um acordo tácito que privilegia a extremada análise crítica dos documentos como forma de aproximação de alguma verdade histórica. Foi esse rigor crítico, esse chão comum, que permitiu o reconhecimento e o diálogo entre pares, bem como a construção coletiva do saber histórico e, por extensão, a institucionalização do ofício – donde a importância do debate. Passou-se a reconhecer valor social nesta determinada forma de relação

³ PROST, Antoine. *Doze Lições sobre a História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

com o passado, caracterizando uma *cultura histórica*⁴ em que um certo grupo de estudiosos estaria apto a dissertar sobre a relação entre os tempos passados e o presente.

Daí advém a função social dos historiadores: da capacidade de responder às questões do presente embasados em seu conhecimento do passado e em seu compromisso com a ética particular dos historiadores, filtrada pela própria comunidade historiográfica – esta seara vasta, permeada por incontáveis visões e dissidências, mas a andar pelo mesmo piso. Há, pois, um valor no discurso próprio dos historiadores que, embora sob contestação, deve voltar a se afirmar pelas matrizes primeiras do ofício, ou seja, na capacidade mobilizar o conhecimento histórico com propriedade.

O negacionismo e as acusações recentes de enviesamento dos historiadores, contudo, parecem inaugurar novo capítulo na cultura histórica ocidental, inclusive em seu matiz tupiniquim. No calor dos debates, a palavra dos historiadores, estruturalmente ameaçada e institucionalmente abalada, parece perder sua potência diante da mobilização frequentemente inapropriada do conhecimento histórico. Como enfrentar o silenciamento? Como um grupo de indivíduos pode ensinar a toda uma sociedade o que foi o passado e o que se pode aprender dele?

Diante dos enredos complexos e falaciosos, arraigados na memória social e na posição social de quem os enuncia, talvez uma das melhores respostas ainda seja a de Eric Hobsbawm. Diante de jovens estudantes da Universidade da Europa Central, em Budapeste, em 1993,⁵ o historiador discorreu sobre a apropriação indevida de uma falsa história por discursos ideológicos e políticos:

[...] para nós, historiadores, inclusive para os antipositivistas mais intransigentes, a capacidade de distinguir entre ambos [fatos e ficção] é absolutamente fundamental. Não podemos inventar nossos fatos. Ou Elvis Presley está morto ou não. A questão pode ser resolvida inequivocamente com base em evidências, na medida em que se disponha de evidências confiáveis, o que, às vezes, é o caso. (HOBSBAWM, 1998, p.17)

⁴ *Cultura histórica*, de acordo com Jacques Le Goff, é a “relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado”. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7ª ed. revista. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, p.49.

⁵ HOBSBAWM, Eric. O Sentido do Passado. In: _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.12-21.

Sem concessões às ideologias, quaisquer que sejam, os historiadores possuem as ferramentas necessárias para, na discussão, desmistificar visões sobre o passado que não condizem com o que se sabe a partir das evidências. Condizente ou não com as preferências ideológicas de um indivíduo, há algo de objetivo, por seu método, no discurso crítico do historiador.

É como espaço de debate e publicação de História que a Epígrafe se coloca diante de sua leitora ou leitor, não se limitando a trazer à tona os primeiros escritos de jovens historiadores, mas possibilitando também a mobilização do conhecimento histórico, meticulosamente construído, para o debate democrático. Pelo debate se constrói e se dissemina o conhecimento; através dele se desmistifica o passado. O saber, fruto deste processo, tem seu compromisso primeiro com as regras do ofício do historiador, e não deve ser levemente deslegitimado; o sabor desse fruto, amargo ou doce a quem dele prova – pesquisador ou leitor –, não pode ser arbitrariamente negado, por discordante que seja de qualquer discurso. Como lutar, então, pela preservação do saber histórico? Como resistir aos descaminhos que se impõem? Fazendo e disseminando História.

O presente volume, fruto do trabalho da Comissão Editorial da Revista junto a autores e pareceristas, assume os referidos compromissos. Comemoramos, além da publicação, a integração de seis novos membros à Comissão, grata em tempos tão tortuosos. Ademais, a atuação da mesma Comissão ao longo do semestre para além das atividades editoriais, reafirmando a missão de disseminação do saber e debate, se mostrou frutuosa: além da participação já citada no **XXIV Encontro Estadual da ANPUH-SP**, a Epígrafe promoveu três eventos bem-sucedidos no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. A 24 de abril deste ano, deu-se o **Pré-Lançamento da 5ª Edição**, com presença da Profa. Dra. Stella Franco (FFLCH-USP), autora da Introdução ao **Dossiê Relatos de Viagem**; a 8 de maio, promoveu-se a fala do Prof. Dr. Rafael Bethien (Universidade Federal do Paraná) "Qualis periódico na área de História: Analisando os meios e os fins de uma avaliação institucional" no evento **Condições Atuais de Publicações em Humanidades**", realizado através de uma parceria entre a Revista Epígrafe e o Programa de Pós-Graduação em História Social da USP; na esteira das discussões sobre a Ditadura Militar brasileira (1964-1988), ocorreu a 19 de setembro a mesa **Memória e Ditadura: Experiências Docentes**, que contou com a presença da Profa. Dra. Zilda

lokoï (FFLCH-USP) e do Prof. Dr. Marcos Silva (FFLCH-USP), com mediação do Prof. Dr. Lincoln Secco (FFLCH-USP).

Para o presente volume, programou-se também evento de lançamento com a presença do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta (FFLCH-USP), autor da Introdução ao **Dossiê História Social do Tempo** e docente da disciplina de História Social do Tempo na USP, em que se estuda as concepções de tempo em diversas sociedades. Neste dossiê está o texto de Ana Carolina Lebre dos Santos, intitulado *Uma Carta Aberta ao Futuro: horizontes de expectativa e Revolução em "Carta Aberta aos Operários", de Vladimir Maiakóvski (1918)*, onde a autora analisa as expectativas do poeta russo após a Revolução de Outubro em 1917, inaugurando um horizonte temporal inédito, dentro dos parâmetros da própria reconfiguração do conceito de Revolução, que se dá na Modernidade.

Também para o dossiê, o texto de Roberta Quirino Pinto, *Who Watches the Watchmen: os espaços do tempo nos quadrinhos*, ressalta a importância da temporalidade dentro da estrutura narrativa do quadrinho. Tomando o tempo como protagonista invisível, múltiplos aspectos temporais perpassam Watchmen, o quadrinho analisado pela autora. A temporalidade histórica de sua confecção, características do personagem Dr. Manhattan/Jon Osterman, ou a relação material com o relógio, objeto de mensuração do tempo, se encontram presentes em sua análise. No mesmo eixo temático, Maria Clara Laet de Almeida e Silva, em *O Tempo em Night Journey de Martha Graham*, busca compreender a coreografia desta dançarina e coreógrafa estadunidense que recria, em 1961, a tragédia de Edipo Rei, de Sófocles. A autora privilegia na análise como os estratos de tempo presentes na obra -- isto é, estruturas temporais próprias da Antiguidade Grega e das tragédias daquele tempo, além de aspectos da época de produção da coreografia -- se relacionam. Já Hermano do Amaral Pinto Neto, em *Tempo e Tempos no Mundo Bizantino do Século XIII: Análise dos Epítomes Éticos sobre a Instabilidade da Vida, de Teodoro II Láscaris*, contextualiza a época, marcada pela Quarta Cruzada que tomou Constantinopla, com a produção intelectual de Teodoro II, tratando de questões variadas como a existência humana, a glória imperial, e a influência que o pensamento parmediano e aristotélico tiveram nos seus escritos, apresentando, deste modo, influência da intelectualidade da Antiguidade Clássica, ao mesmo tempo que conserva os preceitos cristãos típicos de seu espaço e seu tempo. Juliana Zanezi direciona sua

análise em três eixos no texto *O Conto da Aia, de Margaret Atwood (1985): Antiutopia, ovários e uma história social do tempo*. São eles os tempos biológicos dos seres humanos, focando nas mulheres; os usos do passado e da História por Margaret Atwood; e a estruturação de uma distopia anti-utópica de Gilead, um sistema político que objetifica as mulheres e estipula seus valores em relação às suas características propriamente biológicas, contextualizando o movimento literário distópico, no período pós Guerra Fria do qual o Conto faz parte. Ao fim do dossiê, a presença de diferentes temporalidades na fotografia de uma partida de futebol em Liverpool, de 1971, é tema de *O sagrado, o profano e os seus diferentes tempos convergentes: uma fotografia "futebolística"* de Peter Robinson, de Celso Vieira Jr.

A edição ainda conta com artigos sobre: o debate legislativo sobre a assistência psiquiátrica durante a Primeira República brasileira; a imprensa militante e a luta armada na Argentina das décadas de 1960 e 1970; a identidade romana no Império Bizantino, a partir de perspectiva que privilegia a noção de alteridade; uma análise das Leis das Doze Tábuas em vista das formas de escravidão da sociedade romana do século V a.C.; uma perspectiva comparada das trajetórias de Paulo Freire e Abdias do Nascimento, com suas respectivas experiências e saberes constituídos a partir de suas vivências na África Ocidental; a estrutura produtiva cafeeira de Ribeirão Preto no início do século XX; e perspectivas a respeito do Movimento de 1932, estudadas a partir dos jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Diário de Notícias*. Vêm a público também duas resenhas de Carlos Eduardo Nicolette e Thays Fregolent de Almeida – respectivamente para as obras *As Memórias da Viscondessa*, de Mariana de Aguiar Ferreira Muaze e *O Estado Novo em Marcha para o Oeste*, de Elizabeth Cancelli.

Aproveita-se para agradecer à entrevistada desta edição, Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto. Referência da Arquivística e da Diplomática no Brasil, a professora possui formação e doutorado em História pela Universidade de São Paulo, com estudos concentrados no século XVIII da província de São Paulo e o governo do Morgado de Mateus, além de bacharelado em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP) e especialização em Arquivística pela Escuela de Documentalistas de Madri, na Espanha. À professora a gratidão desta Comissão Editorial pela entrevista.

Encerramos esse editorial citando a *Carta Aberta aos Operários*, de Maiakóvski, estudado em artigo do dossiê do presente volume: “A ninguém é dado saber que imensos sóis hão de iluminar a vida futura”.⁶ Aos historiadores compete, contudo, debruçarmo-nos sobre o passado para, em vista do que foi, prepararmo-nos todos – historiadores e leitores – para enfrentar criticamente as noites e dias vindouros.

A todos uma boa leitura!

Novembro de 2018

⁶ MAIAKÓVSKI, Vladimir. *Carta Aberta aos Operários*. In: SCHNAIDERMAN, Boris. *A poética de Maiakóvski*, São Paulo: Perspectiva, 1984. p.119-120.